

EMENDA Nº - CCJ
(à PEC nº 45, de 2019)

Na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45, de 2019: **(i)** suprima-se a alteração do § 1º do art. 150 da Constituição Federal, nos termos do art. 1º; e **(ii)** dê-se a seguinte redação ao § 1º do art. 150 da Constituição Federal, nos termos do art. 4º:

“Art. 4º

‘Art. 150.

§ 1º A vedação do inciso III, ‘b’, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II e V, e 154, II, e a vedação do inciso III, ‘c’, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, III e V, e 154, II, nem à fixação da base de cálculo dos impostos previstos nos arts. 155, III, e 156, I.

.....’ (NR)
.....”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda é de autoria do Senador Wilder Moraes, PL/GO, que a subscreve conjuntamente, mas, por não compor a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, não pode regimentalmente apresentá-la diretamente à CCJ, onde tramita a PEC 45/2019.

Portanto, sendo o ilustre senador membro da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e tendo atuado no Grupo de Trabalho formado no âmbito daquela comissão para debater a Reforma Tributária, encaminho, na condição de coordenador do GT, a emenda com a justificativa do nobre colega para ser submetida à análise da CCJ e do Relator Eduardo Braga.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45, de 2019, tem como objetivo principal extinguir cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) e criar dois impostos, o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e o IS (Imposto Seletivo), e uma contribuição, a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços).

O IS, previsto no novo inciso VIII do art. 153 da Constituição Federal, não incidirá sobre exportações e integrará a base de cálculo do demais tributos sobre o consumo, como os atuais ICMS e ISS e os futuros IBS e CBS. Além disso, poderá ter o mesmo fato gerador e a mesma base de cálculo de outros tributos.

Em relação à sua instituição ou majoração de alíquota, a PEC dispõe que, tendo em vista as suas características extrafiscais, de desestimular a produção, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, o IS não estará sujeito ao princípio constitucional da anterioridade tributária, ou seja, poderá ser instituído ou ter a sua alíquota majorada e posteriormente cobrado no mesmo ano, respeitada apenas a noventena, que veda a cobrança do tributo antes de noventa dias da sua instituição ou aumento da alíquota.

Em que pese esses aspectos no novo tributo, discordamos da não aplicação, no caso, do princípio da anterioridade, justamente porque tal medida afasta a segurança jurídica, a previsibilidade, a justiça e a transparência do Sistema Tributário, que são aspectos essenciais e permeiam toda a Constituição brasileira. No que toca aos dois últimos, a própria PEC os concretiza no texto constitucional, conforme novo § 3º do art. 145.

Diante do exposto, propomos esta emenda e contamos com o apoio das Senadoras e Senadores para aprová-la.

Sala da Comissão,

Senador Wilder Morais (PL/GO)

Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)